

## RENÚNCIA POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA: uma questão de opção pessoal?

Célia Martins da Mota Fonseca

As correntes pedagógicas divulgadas e defendidas no meio acadêmico vão no sentido de uma coparticipação entre docentes e discentes na construção do conhecimento, sem desprezar aquilo que o estudante já sabe; no entanto, o que se pratica nas salas de aula da maioria das universidades brasileiras é o oposto, justamente o modelo bancário criticado à exaustão por autores como Paulo Freire, Ivan Illich e Elizabeth Tunes, que trazem uma reflexão acerca da educação libertadora, ou libertária/anarquista, no caso de Illich. Assim, cria-se uma dicotomia entre teoria e prática - discurso e método, pois, ainda que autores como esses sejam indicados, estudados e defendidos nos bancos de vários cursos do ensino superior, na prática, são aplicadas técnicas retrógradas como avaliação por desempenho em provas escritas, de múltipla escolha, na maioria das vezes, com conteúdo amarrado e pré-definido, além do processo de atribuir menção a aspectos como participação - sem que sejam oferecidas as condições para que os mais tímidos sintam-se à vontade para tornar-se parte. Nesse sentido, não é exagero afirmar que a educação superior anda de mãos dadas com a hipocrisia. Por isso, é impossível não questionar os motivos de tal descompasso.

Se a prática privilegia a educação bancária e a teoria – ministrada de forma verticalizada (outra dicotomia) – leva os estudantes a sonhar com uma educação libertadora, que não despreza os conhecimentos que eles já trazem consigo, por que então não lutar por essa liberdade, desafiando o *status quo*? A hipótese é de que vencer a luta contra o sistema de tutela escolar significa devolver ao indivíduo a responsabilidade por suas escolhas, assim como pelos seus fracassos, e esse tipo de carga não é algo que o estudante queira carregar nas costas.

A resposta a todo tipo de opressão vem da ideia disseminada por Paulo Freire, de que a “libertação há de vir pela práxis de sua busca” (1987, p.17), ou seja, se a pedagogia do oprimido é edificada com ele, boa parte da responsabilidade de buscar essa coparticipação vem do próprio oprimido, ainda que o sistema opere como um martelo, batendo sobre o prego da liberdade de expressão, fazendo acreditar que só existe um caminho e que ele está pré-determinado. Por meio do reconhecimento da necessidade de revolucionar a prática pedagógica, que se reconheça também a necessidade de lutar por essa revolução.

A educação tradicional bancária, predominante nas instituições de ensino brasileiras, é aquela em que o professor ocupa o lugar de depositário do conhecimento, enquanto o aluno, como receptor passivo, se ilumina com o saber estático, a palavra oca, o monólogo *nonsense*

do poderoso mestre, cujo significado foi perdido durante sua execução. Por isso mesmo o tipo de educação em que apenas um sujeito detém o poder da palavra, o professor, que doa o seu conhecimento a quem se supõe não possuir nenhum saber, é considerada estática, frágil, didática em que as palavras perdem o poder transformador e se tornam apenas uma sonoridade desnecessária (Freire, 1987).

Se considerarmos a analogia em que estudantes são como “vasilhas” a serem preenchidas pelos educadores, que se mostram mais competentes à medida que transbordam os “recipientes” (estudantes) com seus conteúdos (Freire, 1987), fica evidente que uma das principais características da educação, na forma como está posta, é a de alienar sujeitos. Em vez de valorizar a aprendizagem adquirida no percurso, o indivíduo é levado a dar valor à obtenção de certificados e diplomas, à repetição de velhas teorias em lugar da construção de novas ideias. A sociedade, como um todo, acredita e apoia o conceito de que somente por meio do ensino formal escolarizado se obtém as competências exigidas pelo mercado de trabalho e, assim, para “vencer na vida” há de se ter um ou mais diplomas. Nesse sentido, o que não é ensinado nas escolas perde valor, é deslegitimado, fazendo do ensino formal escolarizado uma obrigação e um privilégio. Nesse lugar de privilégio, o ensino efetivo se torna inacessível a uma categoria da sociedade, polarizando a educação (Illich, 1985). É daí que surge mais uma dicotomia a ser aprofundada em outra oportunidade: a educação é obrigatória para todos, porém inacessível às classes mais fragilizadas da sociedade.

Sobre privilégios, não é difícil chegar à constatação de que a educação no Brasil é um grande negócio, impraticável para os economicamente desprovidos de poder aquisitivo e prerrogativa reservada a alguns clientes (*vips*) que podem pagar por ela (Illich, 1985). Com isso não é raro encontrar pelo caminho aqueles que estão na faculdade com um único objetivo em mente: conseguir o diploma, ingressar no mercado de trabalho e ganhar dinheiro. São eles os iludidos pela falsa ideia de que o número de certificados na gaveta será inversamente proporcional às chances de se tornar um desempregado, ou seja, excluído socialmente. Eis o tipo de estudante que não tem o menor interesse de sair da condição de tutelado e isso ilustra certa afirmação de Paulo Freire (1987), quando alega que as pessoas temem a liberdade e, com ela, a responsabilidade de tomar o controle da própria vida, de ocupar o vazio antes preenchido pela tutela – da escola, do Estado – com suas regras e práticas alienantes. Ser alienado não é o maior problema do oprimido que tem por objetivo se tornar o opressor, dentro de um sistema que monopoliza as oportunidades (Freire, 1987; Illich, 1985).

Enquanto acreditarmos na padronização como modelo de ideal a ser alcançado e renunciarmos a tudo que é diferente, a uniformização promovida pela educação bancária

continuará a ser um conforto e a tutela, uma segurança a mais. Fomos engendrados no monopólio radical dos padrões na educação, saúde, comportamento e até mesmo sexual, portanto, sair dessa lógica é cair na vala dos fracassados, se sujar na lama da exclusão, pois aceitar a si mesmo, com potencialidades e fragilidades, implica uma ousadia cujo preço poucos estão dispostos a pagar.

Uma vez que a escola/faculdade é a detentora do poder de certificar aqueles que estão aptos a ocupar as profissões consideradas nobres, se rebelar contra ela é, no mínimo, um ato de rebeldia reprovado socialmente e enquadrado legalmente – no caso do ensino obrigatório. Considerada como uma mercadoria, a educação fica reservada aos seus consumidores, aqueles que terão acesso aos melhores e mais bem remunerados cargos, enquanto aos populares/pobres/carentes/deficientes restam as colocações “menos nobres”, com menor exigência intelectual e maior desgaste físico. Aqui vale ressaltar que esse padrão atual de ensino é justamente o que promove a manutenção das classes dominantes em cargos de poder e classes populares em trabalhos braçais.

Diante das evidências científicas, aqui apresentadas, percebe-se que o modelo pedagógico idealizado por Paulo Freire e outros defensores da educação libertadora não é viável no Brasil, visto que os interesses sociais e políticos estão alinhados ao modelo tradicional bancário, pois ele mantém os cidadãos alienados e sob tutela, sustentando a ordem predominante na sociedade, a mesma em que as classes a ocuparem o topo da cadeia alimentar são as de sempre, que possuem poder aquisitivo para tanto. Por essas razões e diante da improbabilidade de uma revolução, fomentada pela luta dos “oprimidos”, resta-nos continuar apreciando a bela teoria e nos indignando com a prática pedagógica que temos, a espinha dorsal dessa sociedade segregadora, discriminatória e excludente.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**: Petrópolis: Vozes, 1985.

TUNES, E. O Silêncio ou a profanação do outro. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, fev. 2007, pp 16-24.